



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

Após quatro anos de pressão do governo, a Aeronáutica entregou ao Arquivo Nacional, no início do mês, pelo menos parte dos documentos secretos que produziu durante a ditadura militar. A própria Aeronáutica informara anteriormente que esses itens haviam sido destruídos, o que reaviva a suspeita de que as Forças Armadas mantêm escondidos papéis sigilosos da ditadura. Segundo **O Estado de S. Paulo**, foi preciso a intervenção da Casa Civil, chefiada pela pré-candidata à Presidência Dilma Rousseff, exigindo a entrega dos arquivos para que ocorresse a liberação. A Aeronáutica acatou a ordem, mas não aceitou a entrega por civis. Oficiais de alta patente comandaram a transferência dos documentos, sob a proteção de soldados.

Contribuição sindical

O Supremo Tribunal Federal deve voltar a julgar, na quarta-feira (3/3), a partir das 14h, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.067, que trata da destinação da contribuição sindical às centrais sindicais. Segundo **O Estado de S. Paulo**, o julgamento foi interrompido em junho do ano passado após um pedido de vista formulado pelo ministro Eros Grau. O calendário de julgamentos com detalhes dos processos em pauta pode ser consultado no site do STF na opção processos/pautas no plenário.

Impunidade eleitoral

O PT, partido que mais recebeu recursos do fundo partidário nesta década, não teve nenhuma das últimas oito prestações de contas anuais julgadas pelo TSE. O PSDB vem logo atrás, com seis processos em aberto, inclusive o mais antigo de todos, de 2000. A demora atinge quase todas as legendas: levantamento do TSE, revela que 90 processos de 26 partidos, do período de 2000 a 2008, não foram a julgamento. Segundo **O Globo**, a lentidão nos julgamentos abre a porta para a impunidade. E, ainda que julgadas e as contas eventualmente rejeitadas, os partidos poderão não ser punidos. A minirreforma eleitoral, aprovada pelo Congresso ano passado, fixou prazo máximo de cinco anos para que a Justiça Eleitoral possa suspender repasses do fundo partidário, maior punição por contas irregulares.

Direitos Humanos

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, participa na terça-feira (2/3) de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Convidado pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Renato Casagrande (PSB-ES), Jobim discutirá o decreto resultante do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. Segundo **O Estado de S. Paulo**, o secretário de Direitos Humanos Paulo Vannuchi também abordará o tema em data ainda a ser definida.

Encalhe da PF

Às voltas com Caixa de Pandora, Castelo de Areia e outras missões de impacto político, a Polícia Federal descobriu que milhares de inquéritos mal preparados se arrastavam, muitos há mais de quatro anos, sem nenhuma solução à vista. A descoberta ocorreu em 2009, após uma inspeção rigorosa feita pela Corregedoria-Geral da corporação que identificou má gestão e ausência de planejamento como



causas maiores do encalhe. Segundo **O Estado de S. Paulo**, na semana passada, a PF anunciou que o desafio começou a ser vencido. Dados relativos a janeiro indicam que, pela primeira vez em sua história, a PF fechou o balanço com índice de inquéritos concluídos superior ao de inquéritos instaurados, a diferença foi de 24%. Em dezembro de 2008 eram 169.282 os procedimentos em trâmite. Um ano depois, em dezembro de 2009, esse número caiu para 159.865. No início de fevereiro bateu em 156.719.

OPINIÃO

â?º Inspeção nos MPs

Editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** relatou a primeira auditoria do Conselho Nacional do Ministério Público, que iniciou seus trabalhos pelo MP do Piauí. “O relatório preliminar, com 53 páginas, descreve casos tão escabrosos quanto os que o CNJ encontrou no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, onde acaba de afastar sete juízes e três desembargadores que integravam um esquema de desvio de dinheiro público. Entre as irregularidades encontradas no MP piauiense estão a sonegação de Imposto de Renda, a contratação de estagiários com salários acima de R\$ 5 mil mensais e o pagamento de vencimentos de até R\$ 61 mil a alguns procuradores de Justiça.”

Autores: RedaÃ§Ã£o ConJur